

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2018
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Silvio Dreveck
Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Faz saudação ao prefeito de Rio Negrinho, Julio Ronconi, que busca resolver as demandas do município.

Menciona a mobilização dos servidores federais da aduana em Dionísio Cerqueira, que é considerada uma das melhores no quesito transportes de produtos secos, e que tal movimento dos funcionários traz prejuízos na liberação de cargas, ocasiona elevado custo para os produtores. Prefeitos e lideranças da referida cidade e arredores pedem uma solução o mais rápido possível

às autoridades federais, pois há uma movimentação financeira considerável e econômica para a região e o estado catarinense.

Demonstra sua posição em relação ao julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula, que será votado no STF sobre prisão em segundo instância e que poderá levá-lo à prisão, enfatizando que os ministros que forem favoráveis estarão decretando suas próprias prisões, porque a população brasileira sente-se ultrajada. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Saúda os prefeitos e os vereadores, em nome do prefeito Julio Ronconi, de Rio Negrinho; o prefeito Jorge Welter, de Itapiranga, presentes na sessão ordinária e, em seu nome, cumprimenta todos os prefeitos. Cumprimenta, também, o deputado Marco Tebaldi, enaltecendo a sua estada em Brusque, ainda na semana da saúde, para liberar verba do governo federal direcionada a projetos da secretaria municipal do referido município.

Faz uma referência especial aos colaboradores da Defensoria Pública, presentes na Assembleia, enfatizando que é um grande lutador à instalação das defensorias nas 111 comarcas do estado para atender as reivindicações das pessoas carentes junto ao Judiciário.

Retoma a semana da saúde, refletindo sobre a adesão de bons hábitos alimentares, destacando o consumo de folhas, legumes e frutas, procedimento que favorece a saúde e o bem-estar das pessoas e das famílias.

Finaliza referindo-se ao projeto de lei de autoria do deputado Antônio Aguiar, que preconiza a prerrogativa de observar a fila que existe no SUS, ou seja, criado para que as pessoas possam ter acesso aos seus direitos e à saúde. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Comenta que Saúde é um dos assuntos mais abordados pelos deputados, constatando que os discursos se perdem porque não há efetividade nas ações. Declara que a

Assembleia Legislativa tem se empenhado em relação a este tema, e destaca a transparência das filas, os recursos que foram destinados pelo Parlamento, e a inovação ampliando de 12% para 15% o percentual a ser aplicado no setor.

Explica que a Constituição Federal vincula e prevê que deve ser destinado à Saúde o mínimo de 12% da receita estadual, entretanto Santa Catarina inovou e ampliou este percentual para 15%, mas infelizmente esta emenda constitucional está sendo contestada no STF através de uma ADIn, e lamenta o fato de o governador que está deixando o cargo ter entrado com essa ação.

Também fala sobre a aprovação da admissibilidade de uma medida provisória, assinada pelo mesmo governador, determinando que os recursos da Alesc, que deveriam ser destinados à Saúde, sejam encaminhados à antiga Secretaria de Recursos Descentralizados e deixando de cumprir assim a finalidade.

Refere-se ainda ao projeto de lei que já passou pelas comissões e que será submetido à votação do Plenário, disciplinando que os repasses à Secretaria da Saúde sejam feitos na forma de duodécimo, nos moldes dos repasses aos Poderes, garantindo assim aporte financeiro àquela pasta. Concluindo, reitera que a Saúde precisa de uma atenção especial, apelando pela aprovação do duodécimo para a mesma.

Deputado Serafim Venzon (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo pronunciamento, constatando que pouco a pouco transformar-se-á em realidade a ideia de que a Saúde tem que estar em primeiro lugar. [Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador)- Fala aos servidores da Defensoria Pública presentes no Plenário, que como líder da bancada do PSD, vai cobrar na Ordem do Dia, o porquê da retirada da

pauta do projeto de lei, que atende as suas reivindicações.

Comenta que se vive um momento crítico na economia brasileira, e que Santa Catarina teve resultado macroeconômico diferenciado pela decisão do governo estadual e o cuidado de não majorar impostos, pelo empreendedorismo dos catarinenses e por aqueles que acreditaram na capacidade do estado, como centro logístico de importação, exportação e distribuição, e ainda, fizeram grandes investimentos que geram milhares de empregos.

Lamenta, infelizmente, que o Decreto n. 1.541, que passa a vigorar a partir de primeiro de abril, muda o regime tributário do ICMS para distribuidores e atacadistas instalados no estado, salientando que vai reduzir a arrecadação e gerar desemprego. Destaca que propôs decreto legislativo a Casa, para anular o decreto acima do Poder Executivo.

Finaliza solicitando apoio aos colegas parlamentares, para aprovar o decreto Legislativo de sua autoria, e que não deixem matar o modelo macroeconômico que gera emprego e dá qualidade de vida ao povo catarinense, não se pode mudar o que está dando certo. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSD

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador)- Saúda os técnicos analistas da Defensoria Pública de Santa Catarina, que estão mobilizados pela derrubada do veto ao projeto, de autoria da própria Defensoria Pública, aprovado no fim do ano passado pela Assembleia. Comenta que vários projetos foram votados e aprovados no Plenário relacionados aos planos de carreira, concedendo aumento aos servidores do estado, por isso, defende a aprovação deste projeto.

Anunciou, durante a sessão, que o veto parcial ao projeto de lei complementar que institui o Plano de Cargos e Salários dos servidores da Defensoria Pública Estadual será apreciado na sessão da próxima terça-feira, no período da tarde, conforme acordo com a Presidência da Alesc.

Lamenta o veto do governo, alegando falta de recursos, vício de origem e inconstitucionalidade, criticando o tratamento diferenciado a outras categorias. *[Taquígrafa: Cida]*

Partido: PSD

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Comenta a questão salarial dos servidores da Defensoria Pública, afirmando que a preocupação deu-se mais para com o defensor que os demais funcionários, os quais ficaram no esquecimento. Assim, pensa ser justa e meritória a reivindicação que os mesmos oram pleiteiam, como plano de carreira e que seja votado o mais rápido possível.

Menciona o convite feito pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira para ser vice-líder na Casa Legislativa, explanando a dificuldade que tem para votar contra servidor público, exemplificando a questão de promoções de policiais, e mesmo sentindo-se constrangido, pesa o sentimento de obrigação de assumir tal posição para ajudar junto ao governo a resolver a situação da Defensoria Pública.

Faz um contraponto com a situação caótica que se encontra a saúde no estado e o governador Raimundo Colombo não repassou o duodécimo para a secretária da Saúde, mas teve dinheiro para a reforma da ponte Hercílio Luz. Demonstra a preocupação com a credibilidade perante a sociedade catarinense, porque a popularidade é momentânea e a credibilidade se tem ou não. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Faz referência à mensagem de veto, do projeto de lei da Defensoria Pública, instituição defendida na tribuna por vários parlamentares, alegando de suma importância para o país, conforme disposto no art. 5º da Constituição Federal, que disponibiliza acesso real à justiça a todos cidadãos como direito fundamental. Na mesma linha de raciocínio, informa ainda que o legislador brasileiro optou pela criação de uma instituição que é a Defensoria

Pública, e Santa Catarina foi o último estado a criar tal órgão. Cita também a contribuição do então deputado Roberto Freire, propondo a autonomia da Defensoria Pública estadual e nacional.

Ecoa o seu entendimento em relação aos direitos dos cidadãos: saúde, educação e liberdade, destacando que a liberdade, é ainda o direito primordial do ser humano. A respeito da constitucionalidade da matéria, no caso dos defensores públicos, recusa-se discutir, sugerindo o encaminhamento direto ao veto, uma vez o mesmo se sobrepõe a pauta, conforme o art. 66 da Lei Maior do Brasil, que estipula o prazo de 30 dias para votação da matéria. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Apela pela votação do veto da Defensoria Pública, esperando que o mesmo seja derrubado, e declara seu apoio à categoria.

Também fala sobre a vigília que está acontecendo em muitos estados brasileiros, em frente à Justiça Federal, pedindo justiça, pois as pessoas têm sido condenadas sem provas nos últimos tempos, exatamente como ocorreu durante a ditadura militar. Afirma que a elite não quer a democracia, e que este país continua antidemocrático, denunciando que a Globo usa as Forças Armadas para intimidar os ministros do Supremo Tribunal Federal. Também denuncia mais um golpe, que seria tirar o presidente Lula da disputa eleitoral, condenando-o sem nenhuma prova material.

Ressalta que a Justiça brasileira tem que cumprir a lei e não se curvar à torcida, apelando por tratamento igualitário para todos. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) -
Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do PLC n. 0008/2018, que altera a resolução n. 002, de 2006, que dispõe sobre o quadro de pessoal, o plano de carreira, os cargos, as classes de cargos e funções de confiança e as atribuições dos servidores da Alesc, convalidada por Lei Complementar n. 642, de 2015, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Luciane Carminatti, Dóia Guglielmi, Dirceu Dresch, Valmir Comin, Darci de Matos e Jean Kuhlmann.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

A Presidência consulta os srs. líderes, se após a votação do primeiro turno, há concordância para encerrar a sessão, e convocar extraordinária para votar o segundo turno imediatamente.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h17, dando continuidade à pauta da ordem do dia.

[Taquígrafa: Ana Maria]